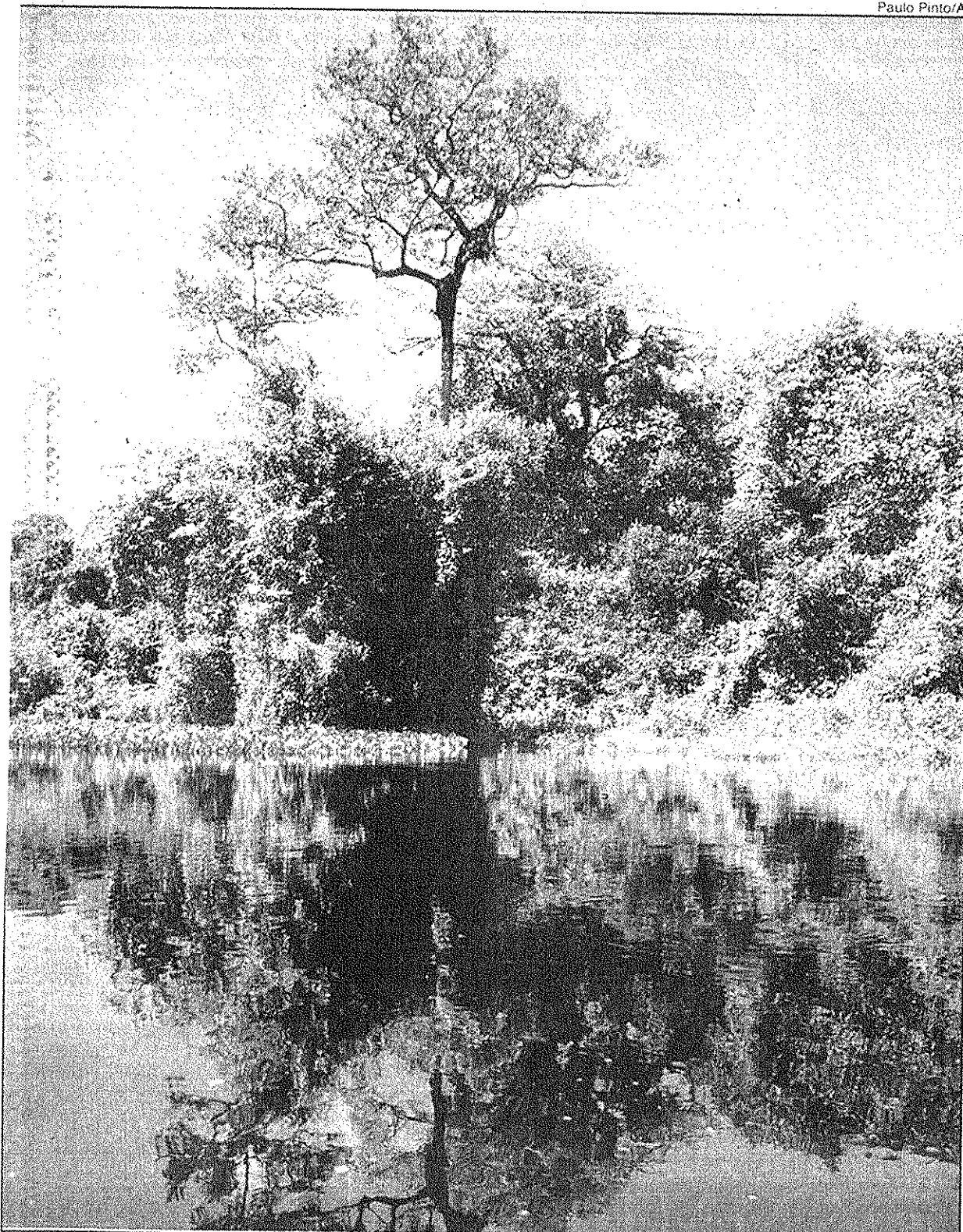


DESP (Especial)
9/6/96 D. 14
08

APROPRIAÇÕES

Paulo Pinto/AE



Sociedade brasileira não tem planos para investigação científica das riquezas genéticas amazônicas

Piratas acadêmicos saqueiam recursos naturais do Brasil

Pesquisadores de países desenvolvidos burlam leis que vetam saída de recursos genéticos; conhecimentos de índios e da população rural sobre plantas medicinais também correm risco de ser roubados

Ao contrário do que pode parecer aos leitores de romances do mar, a pirataria ainda não acabou. Ela pode até estar mais forte, só que adotando procedimentos aparentemente mais sofisticados, em muitos casos disfarçada pela respeitabilidade da atividade acadêmica.

Prova disso é o material enviado pelo correspondente, no Brasil, da revista científica *New Scientist*, Brian Homewood, publicada na edição desta semana.

Homewood diz que a lei assinada recentemente pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, de reconhecimento de patentes estrangeiras, pode fechar a boca dos países desenvolvidos. Para eles, nações do chamado Terceiro Mundo, como o Brasil, copiam e não pagam os direitos devidos a uma variada gama de produtos, especialmente medicamentos.

Se fecha a boca dos ricos, a lei, segundo Homewood ouviu de cientistas brasileiros ou pesquisadores estrangeiros baseados aqui, não assegura que eles tirem as mãos de propriedades genuinamente nacionais, cujo uso deveria, necessariamente, também ser pago.

Homewood ouviu de Nurit Bensusan, do *World Wide Fund for Nature*, em Brasília, e do presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Sérgio Ferreira, acusações sobre a exploração, por países ricos, de recursos naturais e intelectuais, particularmente na Amazônia, sem nenhum benefício para o Brasil.

Plantas medicinais — Bensusan pergunta, por exemplo, o que acontece quando um etnobotânico obtém, de populações rurais ou indígenas, informações sobre o uso de plantas medicinais e leva esse conhecimento para o Exterior. A lei de proteção de patentes assinada pelo governo brasileiro não prevê reciprocidades para casos como o apontado por ele.

Embora o material da *New Scientist* não se refira ao caso, é o que pode ter acontecido, por

exemplo, com o desenvolvimento do soro antiofídico. Pesquisadores como o médico Francisco Oscar França, o Instituto Butantan e do Hospital das Clínicas, em São Paulo, pensam que esse conhecimento pode ter sido levado do Brasil para o Exterior.

Registros históricos, segundo França, mostram que índios brasileiros já haviam descoberto, antes do desenvolvimento do soro antiofídico, uma maneira simples e engenhosa de amenizar os venenos de cobras. Para

isso, arrancavam a presa de uma cobra e, com ela, faziam pequenas perfurações no corpo de um candidato a imunização. Mas os índios só faziam essa incisão um certo tempo após a morte da cobra.

Uma medida deste tipo, segundo o médico, permite que o organismo reaja a pequenas quantida-

des de veneno, ainda ativo e presente nas presas das cobras mortas. Dessa maneira, estimula a reação do sistema imunológico com o consequente desenvolvimento de anticorpos para um determinado tipo de veneno.

Legalmente, nenhum recurso genético, especialmente na área

da botânica, pode ser levado para fora do País sem consentimento oficial do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Além disso, os estudos nessa área, se realizados por pesquisadores estrangeiros, devem ter, necessariamente, acompanhamento e partilha com pesquisadores brasileiros.

Contrabando — Mas, segundo Homewood ouviu de Bensusan, isto só acontece no território da lei. Na prática há um contrabando em larga escala e sem condições de ser evitado com a estrutura de vigilância atual. Uma situação que favorece o contrabando é que a planta inteira não precisa ser levada para fora. Apenas um extrato dela já atende ao interesse do acadêmico pirata, denuncia Bensusan.

Uma lei para estabelecer pagamentos em casos como este está sendo desenvolvida pela senadora Maria Silva, do Acre, mas Bensusan avalia que ela dá apenas os primeiros passos "num longo caminho rumo ao Congresso Nacional".

Já o presidente da SBPC, Sérgio Ferreira, reconhece para a *New Scientist* que o problema real do Brasil é a ausência de um plano concreto sobre o que fazer com seus recursos, especialmente os provenientes da Amazônia.

Um projeto nesta direção, avalia Ferreira para a revista inglesa, representaria um caminho para o desenvolvimento da região, não só pela ação governamental, mas também com a participação das universidades. (Ulisses Capozoli)

**LEI DE
PATENTES NÃO
ASSEGURA
PROTEÇÃO A
KNOW-HOW E
RECURSOS NO
BRASIL**



Célio Jr./AE

Soro antiofídico pode ter sido inspirado em índios brasileiros